

Presidente

Secretário

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2012, NO SALÃO NOBRE DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes, e os senhores Vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho e Margarida José César Osório Silva Duarte.

AUSÊNCIAS

Não se verificou qualquer ausência.

SECRETARIOU

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD 02)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e trinta minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou o executivo que o senhor Dr. José Miguel Correia Noras, ex-vereador desta Câmara Municipal, vai hoje defender a sua tese de doutoramento na Universidade de Lisboa, desejando-lhe em nome do executivo as maiores felicidades.

Presidente

Secretário

BIBLIOTECA E MUSEU (COD 13)

A Câmara Municipal de Lamego manifesta a sua enorme preocupação pela possibilidade, que se admite que venha a ocorrer brevemente, de transferência tutelar de alguns Museus do Estado, e em particular do Museu de Lamego, para a dependência de outros serviços intermédios da administração central, como é o caso das Direções Regionais de Cultura.

Esta preocupação fundamenta-se e baseia-se na ausência de critérios técnicos e/ou científicos que tenham sido apresentados publicamente a favor de tais transferências tutelares, que pudessem, ao menos, demonstrar a imprescindível validade e consistência dos mesmos, uma vez que não estão acauteladas nem garantidas as condições fundamentais para o bom exercício das tarefas e funções que estão cometidas aos Museus do Estado.

Assim, para além desta manifestação pública de preocupação pelo que poderá ocorrer em prejuízo destas entidades culturais, exortamos o senhor Secretário de Estado da Cultura a garantir legalmente, no caso de inevitabilidade do processo, que:

- a. As novas entidades tutelares serão sempre dotadas dos recursos indispensáveis à manutenção das mesmas condições de apoio material, humano, técnico e financeiro aos museus que transitam de tutela, pelo menos nos termos em que tal apoio tem sido prestado até à data presente pelo ex-IMC, ficando obrigadas ao seu cumprimento, por força de lei;
- b. As estruturas museológicas que transitarem para as diferentes tutelas não sofrerão nenhuma depreciação financeira, normativa, regulamentar e funcional, nem serão prejudicadas nos seus mapas de pessoal atuais, nem das expectativas de funcionamento que possuem, nem tão pouco de alterações aos métodos de constituição das respetivas direções, conforme está consagrado na Lei Quadro dos Museus Portugueses;
- c. A já referida Lei Quadro dos Museus Portugueses, Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto, que foi aprovada, por unanimidade, na Assembleia da República, será escrupulosamente respeitada, em particular no que se refere à manutenção e desenvolvimento da Rede Portuguesa de Museus, e demais disposições que afirmam, garantem e promovem as boas práticas museológicas e de gestão pública destas entidades culturais.

Presidente

Secretário

No que respeita, especificamente, ao Museu de Lamego, a sua importância histórica, a qualidade arquitetónica e também histórica do edifício onde está instalado, e a extraordinária valia do seu acervo, que contém 18 obras de arte classificadas como bens de interesse nacional (Tesouros Nacionais) pelo Decreto-Lei nº 19/2006, de 18 de Julho, para além de um cruzeiro gótico, classificado como Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto nº 44452, de 05/07/1962, constituem fundamentos históricos, técnicos e científicos suficientemente válidos para justificar e aconselhar a não transferência tutelar deste Museu para outro qualquer serviço que não seja o da entidade diretamente dependente do mais alto responsável pelo sector da cultura em Portugal.

ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS (COD 08)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo, do teor do ofício, emanado do Presidente do Conselho de Administração da Resinorte, no qual informa que vai terminar as suas funções como Presidente daquela instituição, e que gostaria por isso de transmitir os seus agradecimentos pessoais pela forma franca e aberta que sempre marcou o relacionamento pessoal e institucional.

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

SANIDADE, SAUDE E ASSISTENCIA (COD 56)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo, do teor do ofício, emanado do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao qual já foi respondido através no ofício n.º 3402, de 8 de março de 2012, que será ele próprio o representante do Município de Lamego para pertencer ao Conselho Consultivo do CHTMAD, EPE.

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

AUTARQUIAS (COD 11)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo, do convite feito pelo Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e do Presidente da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, para a sessão solene das comemorações do Dia Nacional dos Centros Históricos, que terá lugar no Salão Nobre dos Paços daquele Concelho, no dia 28 de março.

Presidente

Secretário

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS (COD 08)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo, de um documento emanado da CIMDOURO, sobre a viticultura, a fim de ser entregue ao senhor Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural.

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

TRÂNSITO, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (COD 62)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo do ofício n.º 29 de 27 de fevereiro de 2012, que vem acompanhado de uma moção contra a introdução de portagens na A23 e A25, aprovada na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Trancoso.

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

TRÂNSITO, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (COD 62)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo do email, datado de 12 de março de 2012, que vem acompanhado do manifesto de apoio à área transfronteiriça livre de portagens na A 22, Algarve-Huelva.

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

TRÂNSITO, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (COD 62)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo do teor do ofício emanado da ANACOM, Autoridade Nacional de Comunicações, datado de 8 de março de 2012, referente à transição para a Televisão Digital Terrestre, no concelho de Lamego.

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

LISTAGEM DAS OBRAS PARTICULARES – PROJECTOS DE ARQUITECTURA APROVADOS (COD 42)

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo dos projetos de arquitetura aprovados de obras particulares, no mês de fevereiro de 2012.

Presidente

Secretário

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

OBRAS PARTICULARES (COD 42)

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo do mapa resumo da atividade desenvolvida na Divisão de Urbanismo e Desenvolvimento Económico, durante o mês de fevereiro de 2012.

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

PAGAMENTOS (COD 45)

O senhor Vice Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo da listagem mensal das despesas autorizadas em fevereiro de 2012.

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA (COD 55-A)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 15 de março de 2012, cuja dotação orçamental é de 858.735,26 € e dotação não orçamental é de 89.261,40 €.

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 6 DE MARÇO DE 2012 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a ata da reunião ordinária da Câmara do dia 6 de março de 2012, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

02-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES (COD 01)

REQUERENTE: RAUL FEVEREIRO

Presidente

Secretário

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 111/01/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, referindo que, em 29 de fevereiro de 2012, o senhor Raul Fevereiro, residente na Quinta de Sto. António, em Lamego, solicitou o pagamento da dívida de água referente à instalação n. 26912, em prestações mensais de 50€. Neste momento a dívida ascende ao montante de 532,18€, acrescido de juros de mora.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal a apreciação do referido pedido.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de pagamento da dívida de água, em prestações mensais de 50€, conforme solicitado pelo requerente.

03-ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: ALZIRA GLÓRIA ALMEIDA SOUSA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 112/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 186/DMSU, de 8 de março de 2012, seja autorizado a retificação da fatura n.º 2777/janeiro/2012, no valor de 71,72€, correspondente ao gasto de 29m3, da instalação n.º 7585, tendo por base a tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando o valor corrigido a ser de 33,73€.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

04-ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: ARTUR FERNANDO MARIA RIBEIRO MAIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 113/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 168/DMSU, de 28 de fevereiro de 2012, seja autorizado a retificação da fatura a emitir no mês de março, referente à instalação n.º 7490, tendo por base a tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de

Presidente

Secretário

Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando o valor corrigido a ser de 197,38€.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

05-ASSUNTO: RECLAMAÇÃO SOBRE FATURAS DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: HOTEL VARAIS DO DOURO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 114/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação n.º 131/DMSU, que nesta ata se considera integralmente transcrita e dela fica a fazer parte integrante, informando que o senhor Júlio Marinheira, vem, na qualidade de proprietário do Hotel Varais do Douro, requerer a revisão dos valores faturados acima dos padrões normais de gastos de água do hotel, relativos às faturas da água de junho e outubro de 2011, com fundamento nos argumentos invocados na respetiva reclamação.

Face ao exposto, considerando como certo ter existido uma relação entre as perturbações na rede de abastecimento de Cambres e o efeito nefasto produzido nesta instalação predial que teve como consequências, além do transtorno do normal funcionamento desta unidade, valores acrescidos na faturação de consumos de água, propõe à Câmara Municipal se digne autorizar a compensação ao consumidor através do crédito de 398m3 de consumo de água, conforme abaixo se demonstra:

mês	m3 faturados	maior cons m3	compensação m3
jun-11	453	280	173
out-11	505	280	225
total			398m3

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

06-ASSUNTO: INTEGRAÇÃO DE CONSUMOS DE ÁGUA NA TARIFA DE IDOSOS CARENCIADOS (COD 01)

REQUERENTE: MARIA AUGUSTA

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 121/01/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, tendo decorrido o prazo legal estabelecido, sem que, em sede de audiência prévia, se tivesse pronunciado, e face ao teor da informação n.º 96/DMSU, de 2 de fevereiro de 2011, seja indeferido o pedido formulado pela requerente, para integração dos seus consumos de água na tarifa de Idosos Carenciados.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

07-ASSUNTO: PROJETO DE VIABILIZAÇÃO DA ADEGA COOPERATIVA DE LAMEGO (COD 08)

Presente à reunião o ofício datado de 8 de março de 2012, oriundo da Adega Cooperativa de Lamego que refere que a Adega Cooperativa de Lamego atravessa uma fase difícil da sua história, que no limite poderá mesmo deixar de cumprir o seu objetivo primordial que é receber a produção vitícola dos seus quase mil associados e o despedimento de todos os seus trabalhadores.

Refere, ainda, que o endividamento bancário, mais de dois milhões de euros e cerca de trezentos mil euros a fornecedores e associados, comprometem a sobrevivência desta instituição com graves prejuízos para os seus associados em particular e para a economia do Concelho em geral.

Assim, com o intuito de rapidamente se estancar aquilo que estaria iminente, no curto prazo, que seria o pedido de Insolvência da Adega, a atual Direção solicitou um conjunto de audiências com os credores a fim de se encontrar uma solução que possibilitasse a apresentação de um projeto de Viabilização da Adega Cooperativa de Lamego.

Neste sentido e sabendo do interesse que a Camara Municipal publicamente tem demonstrado, reforçado pela deliberação da Assembleia Municipal, relativamente a reorganização das Adegas Cooperativas do concelho de Lamego, vem solicitar um apoio financeiro de até 60.000 € (sessenta mil euros), para fazer face a necessidades financeiras mínimas, tendente à apresentação de uma proposta que satisfaça as exigências dos credores da referida adega.

Presidente

Secretário

Esta necessidade resulta de diversos contactos com operadores do setor dos vinhos e outros potenciais investidores que, utilizando a Sociedade CAVES LAMECUS LDA, se dispõem a aumentar o seu capital social para um montante que garanta o serviço de dívida previsto para 2012, recuperando os meios necessários para o ano seguinte com a rentabilidade a obter na próxima vindima.

Para esse efeito as Caves Lamecus Lda., irá celebrar um acordo, por um prazo de 15 anos, de compra da produção anual da cooperativa, em condições tais que permitirá o cumprimento do serviço de dívida entretanto proposto aos credores bancários.

No entanto, as condições exigidas pela CGD para vir a financiar a reestruturação da dívida implicam, para respeitar o pressuposto acima referido, da duplicação do capital social inicial a afetar à Viabilização da Adega Cooperativa, para um montante a situar-se em 120.000 €, sendo que, neste momento, apenas se encontra garantido um pouco mais de metade daquele montante.

Por outro lado, a configuração do processo de viabilização da Adega, consubstanciada na utilização das Caves Lamecus Lda., como instrumento de exploração da sua atividade, justifica a participação da cooperativa no capital da Sociedade, que se pretende com alguma relevância, no sentido de garantir um correto acompanhamento da vida da sociedade, com uma gestão profissional.

Acontece, contudo, que a situação económica da ACL e dos seus cooperantes não permite reunir o capital necessário para cumprir os objetivos solicitados, pelo que se requer a atribuição de um apoio financeiro, cujo montante acima referenciado, irá permitir a participação da ACL no capital da Sociedade, garantindo, assim, os meios necessários à sua viabilização e ao seu direto envolvimento nesse processo.

Dada a urgência na resolução deste processo, tendo em consideração que têm que apresentar uma proposta final aos credores, a direção da Adega Cooperativa de Lamego aguarda uma decisão por parte da Câmara Municipal.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, manifestar disponibilidade para apoiar a Adega Cooperativa de Lamego, condicionando, todavia, esse apoio à definição adequada de condições contratuais, mediante a

Presidente

Secretário

apresentação de um estudo de viabilidade económica, que integre outras instituições do mesmo setor.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira, por já ter saído da reunião, por razões de serviço.

08-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDA: AMÁLIA MARIA TEIXEIRA DIAS CARVALHO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 115/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que num terreno sito na Quinta da Casa Grande, na freguesia de Meijinhos, do município de Lamego, uma senhora realizava uma queimada, sem obedecer aos condicionalismos impostos pelo artigo 27º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, a instauração do processo de contraordenação contra Amália Maria Teixeira Dias Carvalho.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira.

09-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDA: LACTICÍNIOS DO PAIVA, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 116/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo, que vem acompanhada da informação n.º 974/DMSU, de 27 de dezembro de 2011, informando que as amostras recolhidas pelas Aguas de Trás-os-Montes e Alto Douro, na caixa de descarga dos Lacticínios Paiva, os valores obtidos no parâmetro (CQO) Carência Química de Oxigénio, não cumprem os Valores Limite de Emissão (VLE), e como tal são muito elevados e incompatíveis para a ETAR de Cambres, violando claramente o Regulamento de Exploração do

Presidente

Secretário

Serviço Público de Saneamento de Águas Residuais do Sistema Multimunicipal de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, nomeadamente o seu artigo 9º e a tabela I do Apêndice 3, assim como, a alínea f), do artigo 8º e o artigo 24º do Regulamento Municipal de Distribuição de Águas e Drenagem de Águas Residuais.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração de processo de contraordenação à Lacticínios Paiva, S.A..

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira.

10-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS (**COD 26**)

REQUERENTE: COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA GUIA – MEDELO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 125/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, seja autorizado o lançamento de fogo-de-artifício e fogo de balonas, no período de 8 a 9 de abril de 2012, das 22.00h às 22.30h, a realizar no Lugar da Sra. Da Guia em Medelo – Freguesia de Almacave, para as festas em Honra de Nossa Senhora da Guia.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira.

11-ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO EIXO BARROCO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD 41**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 122/41/12 do senhor Presidente da Câmara para que face ao teor da informação n.º 45, de 6 de março de 2012, emanada da Divisão de Obras Municipais, seja ratificado o seu despacho datado de 8 de março de 2012, no qual aprovou o projeto e demais peças a patentear ao concurso para “Requalificação do espaço público do Eixo Barroco” e autorizou a abertura de concurso público.

Presidente

Secretário

Deliberado: Aprovado, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro que proferiu a seguinte declaração de voto: “Abstive-me na presente deliberação por entender que o projeto de requalificação do centro histórico de Lamego possui muitas debilidades e aponta soluções de natureza urbanística com as quais não concordamos, já que destrói uma parte significativa e consolidada da “imagem” de Lamego, sem que as alternativas propostas denunciem efetivas melhorias ao existente. Não melhora, do ponto de vista estético, a beleza existente e que já é a “marca” de Lamego; não resolve, antes prejudica, a circulação rodoviária no coração da cidade; e destrói uma componente da história urbanística da nossa cidade, retirando-lhe identidade e singularidade, transformando o centro histórico de Lamego num espaço público idêntico a tantos outros que vemos em cidades de idêntica dimensão a Lamego. Não se vislumbrando quaisquer mais valias, a não ser as que decorrem da renovação e reparação de toda a rede de infraestruturas da zona baixa da cidade, que todos reconhecemos que precisa de ser “tratada”, mas reconhecendo que se torna necessário operacionalizar o que a coligação já decidiu anteriormente sobre este mesmo projeto, opto pela abstenção, na certeza de que será esta mesma coligação (PSD/CDS-PP) a única e exclusiva responsável pela destruição de mais uma parcela relevante do nosso património histórico cidadão”.

O senhor presidente da Camara referiu que discorda totalmente da posição manifestada pelo senhor vereador Agostinho Ribeiro, pois não considera que pavimentos banais e degradados, iluminação antiquada e ineficiente, mobiliário urbano paupérrimo, estacionamento caótico onde deveria haver primazia aos peões e trânsito congestionado no centro da cidade possam ser considerados “imagem” consolidada ou “marca” de Lamego. A riqueza de Lamego é o seu património edificado e o dinamismo dos seus comerciantes e empresários, que necessitam e merecem a renovação e melhoria da funcionalidade das avenidas Visconde Guedes Teixeira e Alfredo de Sousa, à semelhança do que tem sido feito um pouco por todo o país.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira.

Presidente

Secretário

12-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE DUAS LAGOAS (COD 42)**REQUERENTE:** LACTINIOS DO PAIVA, S.A.**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DE PENELAS - CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 117/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, segundo a qual face ao teor da informação n.º 46/DAC, de 20 de janeiro de 2012, propõe à Câmara Municipal que delibere, a título de decisão final, e com fundamento legal na aplicação conjugada do n.º 2 com o n.º 5 do artigo 71º do RJUE, declarar a caducidade da licença concedida através do seu despacho exarado a 10 de agosto de 2010.

Deliberado: Retirado da ordem de trabalhos.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira.

13-ASSUNTO: QUEIXA CONTRA CONSTRUÇÃO DE UMA GARAGEM (COD 42)**QUEIXOSA:** MARIA ENCARNAÇÃO RIBEIRO COELHO**LOCAL DA OBRA:** RUA DO BARRONCO – ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 118/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que vem acompanhada da informação n.º 36/DUDE, de 18 de janeiro de 2012, propondo à Câmara Municipal que delibere determinar, a título de decisão final, que António Júlio Soares Direito seja notificado para proceder à demolição da garagem em causa, no prazo de 30 dias, com expressa cominação de que, o não cumprimento de tal ordem, nesse prazo, o fará incorrer na prática de crime de desobediência, previsto e punido no n.º 1 do artigo 348º do Código Penal, aplicável por remissão do n.º 1 do artigo 100º do RJUE.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira.

14-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE UM ARMAZÉM AGRÍCOLA (COD 42)**REQUERENTE:** JOSÉ GABRIEL SANTOS ASSUNÇÃO**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DE POUSSADOURO – CAIRRÃO - FIGUEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 119/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, a qual refere que o requerente solicitou o pagamento das taxas devidas pela emissão do alvará de obras no valor de

Presidente

Secretário

632,40€, em duas mensalidades, iguais no valor de 316,20€, situação que está contemplada no n.º 1 do artigo 15º do Regulamento Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego, pelo que propõe à Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do referido artigo, que aprecie e delibere sobre o pedido do requerente.

Em relação à emissão do alvará de licença de construção, uma vez que não vai ser executada qualquer obra, tratando-se apenas de legalizar obras executadas há mais de 15 anos, não faz sentido a apresentação de seguro, livro de obra e plano de segurança e saúde, dado que numa situação similar foi solicitado parecer aos serviços jurídicos que informaram, através da informação n.º 161/DAC, de 16 de abril de 2010, no sentido de não ser de exigir tais elementos, mas apenas uma declaração de técnico habilitado atestando que a edificação obedece às regras técnicas da construção, pelo que propõe que a Câmara Municipal delibere dispensar a apresentação de tais elementos a emissão do alvará de licença de obras, pois já foi apresentada a referida declaração do técnico.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pagamento das taxas devidas pela emissão do alvará de obras no valor de 632,40€, em duas mensalidades iguais no valor de 316,20€.

Mais deliberou, por unanimidade, dispensar o requerente da apresentação dos elementos e a emissão do alvará de licença de obras, conforme proposto.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira.

15-ASSUNTO: PROCESSO DISCIPLINAR (COD 44)

ARGUIDOS: ARTUR MORAIS PINTO E LUÍS MANUEL OLIVEIRA E SILVA
Presente proposta de deliberação n.º 124/44/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, relativa ao processo disciplinar acima identificado, que vem acompanhada das conclusões do relatório final do instrutor do processo, segundo o qual, nos autos não resulta provada qualquer conduta proibida e punida por lei, propõe à Câmara Municipal o arquivamento dos autos.

Deliberado: Analisadas as conclusões do relatório final do instrutor do processo disciplinar, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, e para efeitos de cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 90º Lei nº 169/99 de 18 de Setembro,

Presidente

Secretário

alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, tendo o executivo deliberado, por unanimidade, (com cinco votos a favor), concordar com a proposta do instrutor do processo.

Ausente o senhor Presidente da Câmara, por impedimento legal, bem como o senhor Vereador António Pinto Carreira, por já ter saído da reunião, por razões de serviço.

16-ASSUNTO: OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA A TÍTULO PRECÁRIO NA AV. DA BOAVISTA (COD 47)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 123/47/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara que refere que, por deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal de Lamego, realizada em 16.04.1984, foi autorizada a ocupação, a título precário, de 24 m2 da via pública, na Praça do Comércio, em Lamego, mediante o pagamento da quantia de 500\$00/m2, por mês, com montagem de pavilhão, a favor de Manuel Rodrigues Leite.

Em 03.02.1995 o interessado requereu “o licenciamento para efeito de obras de remodelação do dito estabelecimento”. Na mesma data, requereu também a cedência de mais 19,60 m2 de via pública (passeio), para proceder à ampliação do estabelecimento.

No âmbito do processo de execução sumária nº 182-B/1999, que correu termos no 2º juízo do Tribunal Judicial de Lamego, em que figurava como exequente José Correia Taveira Pedro e como executado Manuel Rodrigues Leite, foram penhorados e vendidos ao exequente todos os bens móveis e o bem imóvel destinado a café/esplanada aqui em causa, tendo-lhe sido entregues, mediante auto, em 16.12.2011.

O uso privativo do domínio público é aquele que é consentido a uma ou algumas pessoas determinadas, com base num título jurídico individual, que ficam com o direito de privar qualquer outra pessoa da utilização que lhes foi permitida. O direito de uso privativo só se constitui por título especial – ato administrativo ou contrato – a favor deste ou aquele indivíduo. O uso privativo do domínio público permitido através de uma licença é um título precário.

Presidente

Secretário

No caso vertente verifica-se que não subsiste já o fundamento (instalação de um café/esplanada) que determinou a autorização daquela ocupação a favor de Manuel Rodrigues Leite.

Assim, face ao exposto, verificando-se a impossibilidade de funcionamento do café/esplanada a que se destinava a ocupação da via pública em causa, propõe à Câmara Municipal que revogue a autorização de ocupação concedida em reunião do executivo municipal em 16.04.1984, determinando a cessação da autorização de ocupação do espaço de domínio público na Praça do Comércio, em Lamego, a favor de Manuel Rodrigues Leite, com efeitos a partir do próximo dia 31.03.2012.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira.

17-ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 120/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 139/DMSU, de 16 de fevereiro de 2012, seja alterada a seguinte sinalização de trânsito:

- Anulação da zona de estacionamento de duração limitada na Rua Cardoso Avelino, retirando os sinais de zona e fim de zona de estacionamento autorizado pago (G1 e G6) e os dois parómetros existentes, colocando dois sinais de estacionamento autorizado (H1a).
- Criação de zona de estacionamento de duração limitada (parómetros) na Rua do Columela, Rua D. João da Silva Campos Neves e na Praceta Eng. Arantes e Oliveira, colocando a respetiva sinalização, 3 sinais verticais de zona e 3 de fim de zona de estacionamento autorizado pago (G1 e G6) e três (parómetros).

A sinalização referida está regulamentada pelo Dec. Regulamentar 22-A/98 de 01.10 e alterado pelo Dec. Regulamentar nº 41/2002 de 20.08.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira.

APÓS A ORDEM DO DIA

Presidente

Secretário

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

18-ASSUNTO: CIRCULAR EXTERNA DE LAMEGO, NO TROÇO ENTRE A ROTUNDA FERNANDO AMARAL E A ESTADA DAS AMOREIRAS – 2ª FASE - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 41)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 126/41/12 do senhor Presidente da Câmara para que face ao teor da informação n.º 102, de 14 de março de 2012, emanada da Divisão de Obras Municipais, seja ratificado o seu despacho datado de 14 de março de 2012, no qual aprovou o projeto e demais peças a patentear ao concurso para a empreitada “Circular Externa de Lamego, no troço entre a Rotunda Fernando Amaral e a Estada das Amoreiras – 2ª fase” e autorizou a abertura de concurso público, por ajuste direto.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira.

19-ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE CIRCO (COD 13)

REQUERENTE: CARLOS LEOPOLDO ALMEIDA CARVALHO GERENTE DA CIRCOLANDIA CIRCO

Presente à reunião o ofício datado de 13 de março de 2012, oriundo do senhor Carlos Leopoldo Almeida Carvalho, gerente da Circolandia Circo, solicitando autorização para a instalação e funcionamento do seu circo no espaço junto à Rotunda Fernando Amaral, nos dias 23 de março a 3 de abril de 2012, com vista à realização de espetáculos de circo, bem como a isenção do pagamento das taxas inerentes à referida instalação.

Deliberado: Tendo em conta o cariz cultural deste tipo de eventos, que mantém uma tradição ancestral, cuja atuação está muito direcionada para os jovens e tendo em conta que a empresa do Circo oferece gratuitamente cerca de 1.700 bilhetes de

Presidente

Secretário

ingresso a distribuir pelas crianças das escolas deste Município, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a instalação do respetivo Circo, ficando o mesmo isento do pagamento de taxas municipais, a exemplo de situações verificadas anteriormente.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 84º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, inscreveram-se os seguintes munícipes:

1. Dimas da Piedade Francisco, Cepões;

Usou da palavra o senhor **Dimas da Piedade Francisco** solicitou, novamente, a correção da deliberação tomada por esta Câmara Municipal na sua reunião de 10 de janeiro de 2012, relativamente a um pedido de indemnização, por danos na sua viatura automóvel.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu ao senhor Dimas da Piedade Francisco que o assunto já estava resolvido.

20-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

21-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas e quinze minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

Presidente

Secretário

O Presidente,

A Secretária